



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Fernando Martins**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291515-1**

**APELANTE : BANCO MERCEDES BENS DO BRASIL S/A**

**APELADO: LIMPADORA DE FOSSAS GUARARAPES LTDA**

**RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS**

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO FEITO POR INDEFERIMENTO DA INICIAL (ART. 267, I), APELANTE SE MANTEVE INERTE FRENTE AO DESPACHO QUE DETERMINOU EMENDAR OU COMPLETAR A INICIAL. APÓS O PRAZO FIXADO VEIO A PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO. SENTENÇA CORRETA HÁ DE SER MANTIDA. A questão há ser apreciada em sede de Recurso de Apelação é no tocante a sentença. *In casu*, antes da prolação da sentença houve um despacho saneador que determinou intimação do autor para emendar ou completar a inicial sob pena de indeferimento. Após decorrido o prazo fixado pelo juízo a quo é que foi proferida a sentença extinguindo o feito sem resolução do mérito. Os autos demonstram que de fato a parte autora se manteve inerte, quando deveria ter se manifestado ou mesmo utilizado o meio processual adequado para atacar a referida decisão. **NEGADO PROVIMENTO AO APELO. DECISÃO UNÂNIME.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível em epígrafe, em que são partes as acima indicadas; Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos em **NEGAR PROVIMENTO** ao Apelo, para manter a sentença na sua íntegra, nos termos do voto do relator, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 13 de março de 2013.

  
**Des. Fernando Martins**  
**RELATOR**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

---

66

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291515-1

APELANTE: BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A

APELADA: LIMPADORA DE FOSSAS GUARARAPES LTDA

RELATOR: Des.ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação contra sentença proferida pelo juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança, que julgou extinto o feito sem resolução meritória, nos termos do art. 267, I do Código de Processo Civil.

Irresignado, o apelante interpôs o presente recurso de apelação e em suas razões de fls. 43/53, alega em síntese que o magistrado *a quo* equivocadamente proferir a sentença em razão de indeferimento da inicial, entretanto aduz que a inicial está de acordo com a previsão do art. 286 do Código de Ritos e que existe sim um pedido certo e determinado.

Aduz ainda que a decisão demonstra excesso de formalismo.

Por fim pugna pela nulidade da sentença, a fim de que o feito retorne ao juízo de origem para o seu regular prosseguimento.

Não houve contrarrazões, ante a falta de triangularização processual.

É o relatório.

A Douta Revisão.

Recife, de \_\_\_\_\_ de 2012.

  
**Des. Fernando Martins**  
**Relator**

MRM



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

72

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291515-1

APELANTE: BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A

APELADA: LIMPADORA DE FOSSAS GUARARAPES LTDA

RELATOR: Des. Fernando Martins

**VOTO**

O cerne da querela é de simples deslinde, pois se trata de indeferimento da inicial que deu ensejo a extinção do feito sem resolução do mérito, com base no art. 267, I.

A questão trazida à baila pelo apelante é que a inicial, diferentemente do entendimento do magistrado *a quo*, está de acordo com o previsto no art. 286 do Código de Processo Civil, vez que existe pedido certo e determinado.

Compulsando os autos, vejo que antes da sentença, ora desafiada, existiu um despacho saneador às fls. 37, através do qual o juízo *a quo* determinou intimação da parte autora, ora apelante, para emendar ou completar a inicial, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial, de acordo com o art. 284 do CPC.

Ocorre que a parte autora se manteve inerte o que deu ensejo a extinção do feito nos moldes do art. 267, I do *Códex de Ritos*.

Somente após a prolação da sentença é que o autor resolveu responder ao conteúdo do despacho de fls. 37, através do presente recurso de apelação, que ao meu ver foi feito a destempo, uma vez que para se manifestar sobre àquela exigência do juízo, foi fixado prazo de 10(dez) dias, dentro do qual o autor deveria ter se

MRM



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

---

73

manifestado ou mesmo utilizado o instrumento processual adequado para atacar o referido despacho.

Por todo o exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao apelo, para manter a sentença na sua íntegra.

É COMO VOTO.

**Des. Fernando Martins**

**Relator**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291515-1**

**APELANTE: BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL**

**APELADO: LIMPADORA DE FOSSAS GUARARAPES LTDA.**

**RELATOR: DES. ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS**

**REVISOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**DESPACHO**

Estes autos chegaram-me conclusos para revisar. No entanto, observo que o presente recurso prescinde de revisão. Trata-se de apelação interposta contra sentença que indeferiu a petição inicial (art. 76, parágrafo único, do RITJPE).

Assim, inclua-se o feito em pauta.

Recife, 20 de dezembro de 2012.

Des. José Carlos Patriota Malta

Revisor